

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 12 Fis. 573
PRESIDENTE DA C. P. L.


Concorrência Pública nº 001/2019.


Processo nº 093/2018.

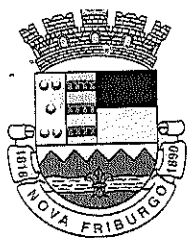
Senhor Presidente,

Considerando, dentro da estrutura da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Vossa Excelência figurar na qualidade de autoridade superior hierarquicamente, em cumprimento ao que dispõe o § 4º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93, encaminho os recursos e impugnações interpostas pelas empresas participantes, assim como manifestação da CPL mantendo os termos da sua decisão, para análise e decisão.

Nova Friburgo, 16 de setembro de 2019.


Silvia Szveiter de Albuquerque Rocha
Presidente da CPL


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Silvia Szveiter de A. Rocha
OFICIAL ADMINISTRATIVO / CPL
MATRÍCULA 336



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93, Fls. 524
PRESIDENTE DA C. P. L.

Concorrência Pública nº 001/2019.

Recorrente: MAV MASTER AUDIO E VIDEO, PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA

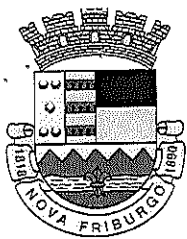
DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MAV MASTER AUDIO E VIDEO, PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA, em face da r. decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação na fase de habilitação do certame licitatório Concorrência Pública nº 001/2019, cujo objeto versa sobre “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA E VEICULADORA DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS, QUE PROMOVA A CAPTAÇÃO AUDIOVISUAL, PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO TELEVISIVA DOS PROGRAMAS DA “TV CAMARA”, DIVULGADORES DAS SESSÕES E DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO DE NOVA FRIBURGO/RJ,”.

Em sua irresignação, a recorrente alega que: (i) a licitante GAC, ao invés de fazer constar nas declarações apresentadas previstas nos anexos “VIII, II e VI” do edital, por força das alíneas “h”, “i” e “j”, do Item V.01.01”, modalidade “Concorrência Pública nº 001/2019”, acabou redigindo “Tomada de Preços”, (ii) que os atestados de capacidade técnica apresentados pela GAC não contemplam expressamente determinados itens, sendo, portanto, insuficientes para viabilizarem sua habilitação, e (iii) atestados que não constam o tempo de duração do trabalho realizado.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso pelas licitantes GAC e NOVIDADE TV.

gr.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fis. 575
PRESIDENTE DA C. P. L.

A CPL, de posse da documentação, manteve sua decisão, fundamentando/justificando por meio de documento acostado aos autos.

É o breve relato, passo a decidir:

Inicialmente, cabe frisar que o edital, após análise do Eg. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, recebeu chancela para seu prosseguimento.

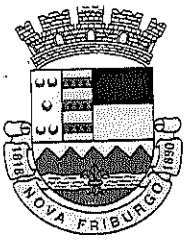
O recurso em voga foi apresentado tempestivamente, preenchendo os requisitos formais, de forma que merece ser conhecido.

Quanto ao mérito, apesar de todo alegado, o mesmo não merece prosperar.

Quanto ao fato das Declarações exigidas nas alíneas “h”, “i” e “j” do item “V.01.01, do edital em referência, de fácil percepção que isso não passa de mero erro material.

Veja, o teor das declarações apresentadas para cumprir o exigido no edital **é exatamente aquilo que deve ser firmado para fins de habilitação**. Entretanto, a empresa, em visível erro material, ao invés de fazer contar “Concorrência Publica”, acabou lançando “Tomada de Preços”, nada mais do que isso.

A empresa GAC não deixou de declarar aquilo que o edital exige, apenas cometendo mero erro material ao constar a modalidade do certame. Portanto, tal documento é absolutamente válido.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



E tal erro, como bem detalhado pela CPL, se deu pelo fato do certame ter se iniciado na modalidade “Tomada de Preços”, e depois, por orientação do Eg. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ter sido transformado/alterado para modalidade “Concorrência Pública”.

Ora, não é crível alijar um licitante da disputa por apresentar declaração contendo mero erro material, em violação ao princípio da competitividade.

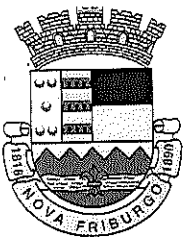
O Eg. Tribunal de Contas da União, já consolidou seu entendimento:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, **em razão da jurisprudência consolidada do TCU** (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), **configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016. 032.051/2016-6 - ACÓRDÃO Nº 342/2017**

O Eg. Superior Tribunal de Justiça, ao analisar caso similar, já fixou precedente no sentido de que nos julgamentos dos certames licitatórios, não pode a CPL agir com rigor excessivo, afastando a competitividade, por mero erro material:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE POR NÃO TER O SEU

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

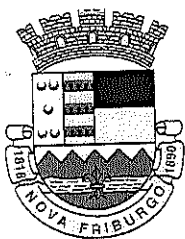


DIRIGENTE POSTO SUA ASSINATURA NO ESPAÇO DESTINADO A TANTO, MAS EM OUTRO, SEM PREJUÍZO DA PROPOSTA. LEGALIDADE. - A desclassificação de licitante, unicamente pela aposição de assinatura em local diverso do determinado no edital licitatório, caracteriza-se como excesso de rigor formal, viabilizando a concessão do mandamus. - A desclassificação do impetrante, por aposição de assinatura em local diverso do determinado na norma editalícia levaria a um prejuízo do caráter competitivo do certame. - Concessão do mandado de segurança. MS 5866 / DF MANDADO DE SEGURANÇA 1998/0048732-8

Na mesma esteira, vários são os ensinamentos:

2. Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo[2]. 3. Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. 4. Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.”

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93, Fls. 548
PRESIDENTE DA C. P. L.

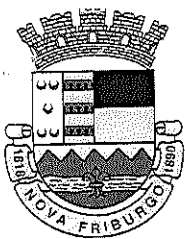
<https://jus.com.br/artigos/22134/o-principio-do-procedimento-formal-e-o-formalismo>

Quanto ao segundo apontamento, de que a empresa GAC apresentou atestados que não contemplam determinados itens de forma satisfatória, cabe aqui, transcrever o fundamento apresentado pela CPL.

“A declaração emitida pelos servidores Marcos Antonio Silva Miranda e Emanuel Garcia Barata (fl. 399) faz referência à execução do Contrato nº020/2017, o que, se não está explícito no documento, depreende-se do fato de ter sido o único contrato realizado entre a Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS – ME. O Termo de Referência daquele contrato é o mesmo utilizado no Edital da Concorrência nº001/2019. Sendo assim, se dois servidores desta Casa Legislativa informaram em documento datado, assinado e carimbado, que, enquanto gestores do referido contrato, consideraram o serviço prestado com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, é lógico concluir que este atestado comprova que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital.”

Veja, o atestado apresentado pela empresa GAC foi emitido pela própria Câmara Municipal de Nova Friburgo, já que tal empresa executou o último contrato contemplando o objeto deste certame. Mais, ainda, a CPL afirmou que *“O Termo de Referência daquele contrato é o mesmo utilizado no Edital da Concorrência nº001/2019”*.

de



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 72 Fis. 579
PRESIDENTE DA C. P. L.

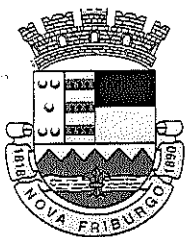
O fato de não constar expressamente no atestado de capacidade técnica determinado subitem, não seria suficiente para inabilitar determinada concorrente, ainda mais no caso concreto, onde o documento apresentado foi emitido pela própria Câmara Municipal, que tem pleno conhecimento dos fatos.

Vale transcrever precedente do Eg. Tribunal de Contas da União sobre o tema:

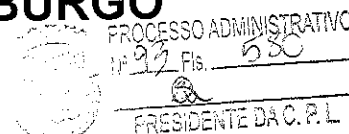
“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.” (Acórdão 1795/2015–Plenário)

“[D]eve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.” Acórdão 1.140/2005–Plenário.

E aqui, inobstante o ordenamento jurídico já ter fixado que a análise não pode ser por revestida de formalismo excessivo, a CPL sequer necessitou se valer da regra prevista no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 (diligenciar), vez que o atestado apresentado foi emitido, repita-se, pela própria Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



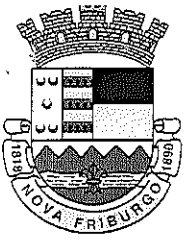
Por fim, com relação ao terceiro aspecto, onde a recorrente alega que a empresa GAC, apesar de ter apresentado os documentos para cumprir a exigência do item V.01.03, alínea "c", do edital, que diz respeito a comprovação de experiência anterior dos profissionais indicados, teria deixado de trazer informação sobre o "tempo de duração" do trabalho de cada um, razão não lhe assiste.

Sobre este tópico, a CPL, de forma acertada, decidiu que apesar de não estar expressamente indicado nos atestados e declarações apresentadas o tempo de duração, tais informações se fizeram presentes quando da análise das cópias das carteiras de trabalho de todos os membros da equipe e das ARTs do Engenheiro (fls. 406, 407, 410-412, 414, 415, 417, 418, 420, 421, 423, 424, 426, 428, 429, 431, 432, 436, 437).

Ou seja, o tempo de duração alegado como faltante foi comprovado por meio dos demais documentos apresentados que dizem respeito aos profissionais arrolados. Portanto, comprovada a experiência destes, e constatado o tempo de duração dos trabalhos, inabilitar a empresa GAC seria algo irregular.

Assim já se pronunciou a Casa de Contas da União, *verbis*:

"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame." Acórdão 1795/2015-Plenário



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 53 Fls. 581
PRESIDENTE DA C. P. L.

À CPL, de acordo com o que estabelece o art. 43, § 3º, da lei de Licitações, é facultada em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar** a instrução do processo. Assim, como já existe nos autos documentos que esgotam as informações que se pretende obter, não houve necessidade de diligenciar em busca de maiores informações.

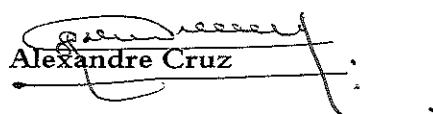
Os ensinamentos doutrinários demonstram que a atuação da CPL se deu de forma acertada:

“Dessa forma, de acordo com o advogado e professor de Direito **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**, depreende-se *da decisão que o formalismo excessivo pode resultar em prejuízo da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa para Administração*. “A Comissão de licitação deve se atentar para não desclassificar propostas ou inabilitar licitantes com fundamento em simples omissões ou defeitos irrelevantes”, observa Jacoby Fernandes.¹”

Neste sentido, conheço do recurso, e no mérito decido pelo seu **DESPROVIMENTO**, mantendo-se a decisão prolatada pela CPL.

Dê-se ciência aos interessados e publicidade a esta decisão.

Nova Friburgo, 17 de setembro de 2019.


Alexandre Cruz
Presidente da CMNF

¹ <https://canalabertoBrasil.com.br/tcu-diz-que-formalismo-demais-pode-resultar-em-prejuizo-da-competitividade/>